

Eixo: 05. Movimentos de Luta pela Terra e Educação do Campo

MOVIMENTOS SOCIAIS, APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS À EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios e conquistas no município de Passira-PE

SOCIAL MOVEMENTS, APPLICABILITY OF NATIONAL PUBLIC POLICIES TO RURAL EDUCATION: challenges and achievements in the municipality of Passira-PE

Joelma Santana Reis da Silva¹
Dayvison Bandeira de Moura²

Resumo: O artigo analisa a implementação do Programa de Educação do Campo no Município de Passira, salienta-se as lacunas entre as “Diretrizes Oficiais” e a realidade enfrentada nas áreas camponesas. Essa proposta diz respeito a recorte de dissertação, intitulada: IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPELINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: um estudo frente à Política Pública Nacional (REIS, 2024). Defendida em julho de 2024, em Asunción, atrelada ao Programa Brasil *stricto sensu* da UNADES, Py. No âmbito metodológico foi empregado conceituações formuladas por Marconi e Lakatos (2013;2017), relacionando-as com a análise documental sob a previsão de Gil (2008). O recorte da pesquisa estabeleceu diálogo com Caldart (2010; 2012) e Arroyo (2015); Guimarães (2017) Lutter (2018), como marcos conceituais que permitiram a pesquisa evidenciar a política pública aos povos camponeses, no lócus pesquisado, com problemas estruturais e políticos, que limitam a efetividade de programas fruto dela. Frente a isso, com vistas a concretude de ações públicas o MST tem atuado, na interlocução com o poder público para que a participação popular em decisões voltadas à povos camponeses da cidade de Passira respeitem demandas. Esse ativismo em prol da educação do campo, tem em vista a redução de desigualdades no campo educacionais, a ser superadas.

Palavras – chave: Movimentos Sociais do Campo; Política Pública; Educação do Campo.

Summary: The article analyzes the implementation of the Rural Education Program in the Municipality of Passira, highlighting the gaps between the "Official Guidelines" and the reality faced in the peasant areas. This proposal concerns a dissertation excerpt, entitled: IMPACTS OF THE CLOSURE OF PEASANT SCHOOLS OF BASIC EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF PASSIRA, AGRESTE OF PERNAMBUCO, NORTHEAST BRAZIL: a Study in front of the National Public Policy (REIS, 2024). Defended in July 2024, in Asunción, linked to the Brazil *stricto sensu* Program of UNADES, Py. In the methodological scope, conceptualizations formulated by Marconi and Lakatos (2013; 2017),

¹Doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Del Sol* – UNADES – Assunção PY, vinculada ao Programa Brasil: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> E-mail: joelma.1981@outlook.com

²Orientador – Diretor Acadêmico no PPGE *Stricto Sensu* Programa Brasil: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/> da *Universidad Del Sol* UNADES, sede de Assunção, capital do PY. E-mail: matricula@mestradomercosul.com.br

relate them to documentary analysis under the prediction of Gil (2008). The research cut established Caldart (2010; 2012) and Arroyo (2015); Guimarães (2017) and Lutter (2018), as conceptual frameworks that allowed the research to highlight the public policy for peasant peoples, in the researched locus, with structural and political problems, which limit the effectiveness of programs resulting from it. Because of this, with a view to the concreteness of public actions, the MST has acted in dialogue with the public power so that popular participation in decisions aimed at peasant peoples in the city of Passira respects demands. This activism favoring rural education seeks to reduce inequalities in the educational field, to be overcome.

KEYWORDS: Social Movements of the Countryside; Public Policy; Rural Education.

1. INTRODUÇÃO

A respeito do recorte da pesquisa em nível de dissertação intitulada: IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: um estudo frente à Política Pública Nacional (REIS, 2024), cuja defesa se deu em julho de 2024, em Asunción, na capital do Paraguai, atrelada ao Programa Brasil da *Universidad Del Sol* UNADES, sede central Asunción – capital da República do Paraguai. Em respeito à credibilidade dos resultados apresentados neste artigo em caráter resumido, apenas, aspectos considerados indispensáveis à metodologia empregada será delineado, tendo em vista a amplitude deles no texto original.

Empregou-se um levantamento de estudos e pesquisas acerca da temática eleita com base em pressupostos definidos por Lakatos e Marconi (2003), a saber: "Escolha do tema; Elaboração do plano de trabalho; Identificação; Localização; Compilação; Fichamento; Análise e Interpretação; Redação" [...] (pp. 87-93; 2017, pp. 55-63). Uma definida a imersão frente à delimitação do tema, frente a aspectos célebres cuja vigência foi determinada, com base no lócus temporal entre 2010 a 2020. Esse posicionamento resultou em parâmetros de investigação necessária com base em documentos (fontes primárias), seguindo a ótica delineada por Gil, (2008), em suas palavras “baseia-se na análise de fontes primárias”. Nesse âmbito, um documento um “Livro Ata do Movimento Sem Terra”, atuante no Município Lócus da pesquisa, Passira, Agreste de Pernambuco, Nordeste do Brasil, compõe a análise documental realizada, que implementou outros campos da metodologia empregada face à dissertação construída.

O emprego de uma metodologia multifacetada conferiu aprofundamento e resultou em reflexões, que constituíram no marco teórico que sustenta opções para o âmbito da pesquisa de campo.

Nesse contexto, é pertinente registrar a questão norteadora: Qual é o papel dos Movimentos Sociais como interventores para a consolidação das Políticas Públicas voltadas para a Educação do Campo? No campo do objetivo definido, parafraseando-o, procurar evidenciar a luta dos povos do campo por uma educação emancipadora, que assegure seu direito de pertencimento e identidade no campo, conforme os princípios da referida política, parafraseando Reis (2024).

Com isso em tela, se destaca a importância das contribuições dos movimentos sociais para a consolidação da Política Pública Nacional, que reconhece o direito dos povos do campo em suas mais variadas facetas, à “Educação de qualidade e com equidade” (BRASIL, 1988; LDB, 1996).

Em razão disso, se deve entender a Educação do Campo em respeito à sua construção epistêmica, em que o direito de pertencimento como meio para ensejar uma conjunção ao mundo. Se dá em favor do desenvolvimento humano, que figura como primordial. Há que ser dimensionado associações entre o que foi apresentado à realidade do território; espaço de valorização dos saberes populares, como argumento para mediatizar maneiras para educar populações do campo sob interfaces dela em esfera popular e formal. E a ótica epistêmica da escola crítica³ advoga nessa direção.

A condição epistêmica dos povos do campo está intimamente atrelada ao estado ou à situação do conhecimento a ser introjetado em práticas e saberes das comunidades camponesas, incluindo qual o objetivo desses conhecimentos? Também, em razão de que eles são construídos, transmitidos, validados e valorizados. Em vista disso, entender o outro nesta perspectiva entre vida escolar e vida social. Reconhecimento atribuído nos marcos legais que legitimam esta modalidade de ensino no Brasil (Educação do Campo) no artigo 205 da Constituição Federal do Brasil – CF, 1988, aliado a ele e o valor englobante da educação

³ Referir-se ao **Materialismo Histórico Dialético**, tecido por Louis Althusser 1970, afirma que o materialismo histórico e dialético é uma abordagem que combina a análise das relações sociais concretas com a compreensão das contradições e mudanças na sociedade. Ele nos ajuda a entender o mundo em sua complexidade e a buscar formas de superar os desafios enfrentados pelas sociedades humanas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.27808> acesso em 22/03/2024.

Neste sentido, no que se refere a construção epistêmica da escola crítica dos povos do campo destaque-se as contribuições de **Francisco Julião**.

nacional para a Carta Magna, foi evocada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN: 9394/96 no seu Art. 28; também, a Resolução Nº1 de 3 de abril 2002 (REIS, 2024).

De modo geral, coube a pesquisa realizada compreender a relevância da atuação dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na consolidação de políticas públicas nacionais, com ênfase nas discussões contemporâneas sobre o tema. Muito embora, esse artigo corresponda a um texto adaptado – recorte – de uma dissertação já identificada. Com efeito a complexa realidade do campesinato brasileiro e suas múltiplas dimensões adquirem lugar, sendo atribuída importância ao estudo de campo realizado no município de Passira, no estado de Pernambuco. Que aqui nesse artigo, será enfocado aspectos pertinentes à análise documental, presente na pesquisa em nível de dissertação.

2. INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONQUISTA DE DIREITOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO⁴

A Educação do Campo, é o resultado de inúmeras lutas promovidas por Movimentos Sociais, que se uniram para reivindicar o direito a uma educação que contemplasse as especificidades socioculturais do campesinato. Esses movimentos destacaram a necessidade de um ensino que respeitasse e valorizasse as raízes culturais das comunidades rurais, proporcionando uma formação motivadora e contextualizada, baseada nas vivências e na essência cultural dessas populações. A proposta é que o processo educacional, em vez de ser imposto de fora, emergja das próprias necessidades e identidades do campo, promovendo um desenvolvimento integral. Um ensino que aponte para questões de seus próprios interesses “questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura” CALDART, (2012, p.257).

Dezemone (2016, p. 139), destaca que no Brasil, os movimentos de lutas pela conquista de direitos dos povos do campo tiveram início com as ações das “Ligas Camponesas” que representam um importante movimento social rural no Brasil, surgido no final da década de 1940 e que ganhou força nos anos 1950 e início dos anos 1960. Seu principal objetivo era a luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. As ligas representaram uma organização de camponeses que

⁴ Recorte da dissertação pág. 58-60.

reivindicavam o acesso à terra, salários dignos e melhores condições de trabalho, em um contexto de grande desigualdade social e concentração fundiária no país. Queler e Zangelmi, parafraseando o autor destacam que:

A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco institucionalizava assim lutas anteriores; e seu modelo foi logo adotado em outros estados. **Surgiam assim as “Ligas”**, nomenclatura inicialmente com sentido pejorativo cunhada pela imprensa conservadora pernambucana, em alusão às Ligas Comunistas da década de 1940, mas logo **ressignificada e incorporada pelos integrantes daquelas organizações de trabalhadores rurais** (2020, P.3 grifos para esse estudo).

As Ligas Camponesas tiveram origem no estado de Pernambuco, mais precisamente no município de Vitória de Santo Antão, onde a primeira liga foi fundada em 1945. Contudo, foi com o advogado **Francisco Julião** que o movimento ganhou maior projeção. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), houve um aumento significativo do debate sobre a reforma agrária, que as ligas protagonizaram junto a outros movimentos sociais.

Embora tenha sido brutalmente interrompido pelo regime militar, o legado das Ligas Camponesas se mantém na história das lutas pela reforma agrária no Brasil. **Elas abriram caminho para outras organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, que, nas décadas posteriores, continuou a luta pela redistribuição de terras e por políticas públicas voltadas ao campo. As Ligas Camponesas são lembradas como pioneiras na organização dos trabalhadores rurais e na articulação de um movimento em escala nacional que desafiou o poder dos grandes proprietários e colocou a questão agrária no centro do debate político brasileiro.

Neste sentido, a Educação do Campo veio para **resgatar uma dívida histórica** que nossa sociedade tem com as pessoas que trabalham nesses espaços, porém os mesmos devem buscar compreender as especificidades culturais, econômicas e sociais desses sujeitos para que a escolarização deles seja garantida sem a desvalorização de suas raízes. Como relata Arroyo (2015, p.3), **“é preciso que as questões curriculares incorporem saberes do campo, que prepare o homem para a produção e o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena como ser humano.”**

Quanto aos requisitos legais a Política do PRONERA, define os princípios da educação camponesa no seu **Art. 2º** incisos de I à IV. Brasil, (2010, p.1-2). Os referidos, norteiam a Educação do Campo no Brasil foram, e continuam sendo, objeto de intensos debates constitucionais, visando garantir que, progressivamente, as populações camponesas

possam usufruir de uma educação verdadeiramente baseada em direitos e no reconhecimento social. (REIS, 2024).

No Brasil, os Movimentos Sociais, em especial o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, desempenharam um papel crucial na promoção e no reconhecimento da Educação do Campo como modalidade de ensino específica, voltada principalmente aos filhos de trabalhadores rurais. Anteriormente denominada "Educação Rural", o acesso à educação para essa população era extremamente restrito, e, quando oferecido, era conduzido sem o devido rigor e comprometimento por parte dos sistemas educacionais. CALDART, (2012).

Movimento de luta sob a justificava da “necessidade de uma educação de qualidade ao meio rural num sentido de formação humana e aos interesses da vida do campo, e não mais como instrumento de manobra do modo de produção capitalista” DANIELI, (2017, p.4). E, a partir da concretude da Política Nacional são dispostas ações como: acesso à escola em áreas campestinas, inclusão de uma proposta pedagógica atendida ao contexto sócio cultural dos povos do campo, transporte para deslocamento dos estudantes quando há necessidade, formação docente correspondente a didática da Educação do Campo, cursos de especialização, incentivo ao ingresso de estudantes oriundos de comunidades campestinas a universidades públicas, projetos sociais que viabilizam a parceria entre escola e comunidade, incentivo a uma política educacional que preserve a natureza sob a responsabilidade de uma trabalho ecológico e sustentável, dentre outras questões que corroboram para a efetivação da educação básica em escolas campestinas, limitando ao máximo o índice de escolas do campo fechadas ou desativadas nas comunidades campestinas. E, tudo isso, só foi possível pela luta incansável dos Movimentos Sociais que perpassam ao longo dos anos, na busca de melhorias a população do campo DANIELI, (2017).

2.1 Destaque do MST na aplicabilidade do Programa de Educação do Campo, no Município de Passira-PE⁵

Destaque-se que como já mencionado o presente estudo é fruto de pesquisa de campo desenvolvida no Município de Passira, que apresenta uma abordagem em defesa da Educação do Campo, lugar de pertencimento, de modo a viabilizar a garantia da construção epistêmica campestina em consonância ao ensino formal. Desta feita, reconhecer a

⁵ Recorte da dissertação pág. 148 – 156.

importância daqueles que figuram como protagonistas neste processo é primordial. Para tanto, se apresentam aspectos correspondentes à análise de documentos obtidos pelo MST, com relação a (4), quatro Atas em que foram motivo de discussão e, encaminhamento de solicitações no campo de educação por essa instituição no que se refere à Educação Formal em assentamentos, ligados às ações de militância por direitos de trabalhadores Sem Terra, tendo em vista suas necessidades de educação formal. Mas sobretudo, os direitos de suas crianças de serem assistidas por um Programa municipal, na cidade de Passira, para ser garantido o Direito de acesso à Educação formal nos moldes instituídos pela Política Nacional de Educação do Campo.

Tudo isso cabe pensar se o que se propõe como Programa de ensino para as escolas camponesas, realmente, atendem a grande demanda da Educação do Campo, garantindo um ensino baseado na cultural; identitário; conexo com o amor pela terra; a sustentabilidade ambiental e afins. Essa linha de Educação precisa ser posta em evidência, porque garante espaço de destaque para as “vozes” impulsionadas pelo silêncio, ao longo de décadas. Sendo, portanto, necessário haver o reestabelecimento do direito à reivindicação de direitos sociais, e, especialmente, os educacionais.

Com isso em mente, além da pesquisa de campo, o registro em Livro de Ata⁶ (documento) em que se registrou a defesa da Educação do Campo para o povo camponês, de acordo com o compromisso nacional voltado à Educação Básica. considerando o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2003; 2017). Com vistas a adotar uma postura investigativa em relação a análise de programas, por essa razão o documento Ata de autoria do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, adquiriu lugar nesse estudo porque seria então possível a aproximação da pesquisadora com seu objeto de pesquisa, por mais de uma fonte de coleta de dados.

A respeito da importância da análise documental em pesquisa científica e atenção à utilização de documentos oficiais do Estado brasileiros. Gil, aponta que “a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (2008, p.51)

Para Gil, a pesquisa documental é semelhante a pesquisa bibliográfica, porém enquanto a pesquisa bibliográfica se muni da coleta de dados em fontes secundárias ponto

⁶ A ata é um texto que registra os acontecimentos e decisões tomadas em uma reunião ou assembleia. Quando assinada e aprovada pelos participantes, ela serve como um documento oficial. Disponível em: [https://www.dicio.com.br/Ata: o que é, para que serve e como fazer \(com exemplos\) - Dicio, Dicionário Online de Português. acesso em 15/01/2024.](https://www.dicio.com.br/Ata: o que é, para que serve e como fazer (com exemplos) - Dicio, Dicionário Online de Português. acesso em 15/01/2024.)

de vista também disposto por Marconi e Lakatos, (2003; 2017). A pesquisa documental traz consigo a análise de documentos para obtenção de dados à pesquisa científica. O autor revela também que,

há que se considerar que o **primeiro passo** consiste na **exploração das fontes documentais**, que são em grande número. Existem, de um lado, os **documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico**, tais como: **documentos oficiais**, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os **documentos de segunda mão**, que de alguma forma já foram analisados, tais como: **relatórios de pesquisa**, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2008, p.51 grifos para essa pesquisa).

Destaque-se sob o ponto de vista do autor os parâmetros da construção da pesquisa científica na proposta de análise documental. Cabe trazer clareza para a pertinência a essa pesquisa a adoção do Método de Análise Documental visto que, a pesquisa revela a análise de documentos de primeira mão (ATAS) registros oficiais do Movimento Sem Terra, no que tange aos registros de luta paulatina dos povos do campo em Passira.

Assim, o quadro a seguir apresenta recortes dos registros de (4), **quatro** solicitações do Movimento Social, que atua em Passira, a saber o (MST). Os registros visam reunir esforços para a garantia de direitos, que viabilizem à Educação do Campo, em Passira. Cabe esclarecer que os referidos textos foram selecionados, considerando o parâmetro do marco temporal registrado nos documentos e, sua pertinência ao objeto de estudo. O debate para situar a importância de ações governamentais, para que fosse evitado o fechamento de escolas do Campo. Em face disso, o processo de nucleação fosse adotado, implicando em perdas culturais de muitos povos que vivem, no campo.

Quadro 1: sobre os registros em Livro Ata coletados junto ao **Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST** atuante no município de Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil.

Recortes dos textos registrados em Livro Ata do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” localizado no Sítio Borba, zona rural, Passira, agreste do Estado de Pernambuco, Brasil. Seguindo o parâmetro de marco temporal do documento mais antigo ao mais recente (2008-2021).	
DOC. 1 (09 abr. 2008, p.19)	“[...] foi discutido sobre a educação e estamos pensando em trazer um Projeto de Ensino Fundamental para o Assentamento [...]”
DOC. 2 (20 dez. 2012, p.65)	“[...] a continuidade do Programa Escola Ativa nas escolas do campo do município de Passira, garantindo a permanência opcional de direito a educação ao povo do campo em suas localidades . E, o não nucleamento de escolas, luta e resistência do povo com a força do movimento (MST). Se discuti também, a possibilidade da construção de uma escola para atender as crianças do assentamento, considerando a importância da educação de

	seus filhos e que as eles precisam se deslocar a outras comunidades para estudar [...]”
DOC. 3 (18 jan. 2015, p.76)	“[...] o compromisso do Governo do Estado para se ter aulas na sede da fazenda para os adultos da comunidade sobre a Educação de Jovens e adultos – EJA [...]”
DOC. 4 (08 fev. 2021, p.90)	“[...] pensando na importância da educação para crianças, se discuti também, a disponibilidade de transporte por parte do governo municipal para o deslocamento <u>das crianças</u> , para que possam estudar na cidade, considerando que ainda não há escola no assentamento [...]”

Fonte: Dados compilados do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST⁷ em 15/01/2024.

Se esclarece também que o **Quadro 1** está organizado com os recortes documentais seguindo a ordem crescente dos anos de registros no Livro, e que foram identificados a saber: **DOC. 1; DOC. 2; DOC. 3** e, **DOC. 4**. Destaque-se ainda que, esses recortes feitos nestes documentos compreendem dados primários, fruto do tratamento das fontes primárias⁸.

A exemplo disso, o DOC. 2, o MST apresenta a pauta de discussão que mais contempla essa investigação científica visto que, nesse momento se aborda questões congruentes a luta contínua dos povos do campo no que se refere ao direito a educação. Em ato constitucional de movimento social se reúnem em Assembleia para discutir dentre outras questões, “o **não nucleamento** de escolas”; e, “a possibilidade da **construção de uma escola** na comunidade”. Apesar da persistência na luta pelo direito a Educação do Campo no município, se percebe ainda, dicotomias em relação ao regimento da Política Nacional, haja a vista a configuração de registros documentais de lutas representado no espaço temporal desenhado no Quadro 1 que ainda não se concretizaram como revela o anseio dos povos do campo em lócus.

Carece se mencionado também o recorte do **DOC. 4**, que revela outro momento de luta do MST em defesa da Educação do Campo no Município de Passira, ao passo que a esta reivindicação cabe a ressalva do respaldo descrito na Resolução da CNE/CEB nº 2 (2008) supramencionada nessa investigação, que dispõe em seu Art. 5 - § 1º sobre o direito de transporte aos estudantes dos territórios campestres em todo Brasil a terem seu deslocamento garantido e com segurança e de preferência em percursos “intracampo”. Ou seja, entre comunidades campestres, garantindo ao máximo o direito, que atende um dos

⁷ A Saber: os DOCs completos dos textos redigidos em Livro Ata do ASSENTAMENTO P.A. INDEPENDÊNCIA “PATATIVA DO ASSARÉ” Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, constam, suas respectivas cópias nos **anexos: 5, 6, 7 e 8** do trabalho de dissertação construído como requisito obrigatório para conclusão do Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela UNADES-PY.

⁸ Cabe esclarecer que neste estudo, se faz presente os dados mais relevantes, em respeito ao número de laudas permitidas e, tendo em vista a disponibilidade do texto já mencionado na integra.

princípios da Educação do Campo: **a garantia de permanência opcional e de direito no contexto campesino.**

Diante disso o MST destaca no **DOC. 4** uma solicitação bem recente junto ao Governo Municipal que dispõe sobre “**a disponibilidade de transporte para o deslocamento das crianças, para que possam estudar na cidade, considerando que ainda não há escola no assentamento**”. Um ponto muito importante que precisa ser analisado no que tange à garantia de direitos sob a ordem de Política Pública Nacional. Pois, evidentemente **o espaço temporal apresentado nas atas**, somado a lógica de reivindicações da população camponesa de Passira, registrada em textos comprobatórios, que ainda há dicotomias no que se refere ao Programa de Educação do Campo ofertado no município.

Esse panorama revela carência no sistema de ensino evidenciado nas reivindicações do Movimento Social – MST. É mister esclarecer também que, de acordo com relato do presidente do Movimento em Passira, como ainda não foi atendida **a solicitação de construção de uma escola**, na comunidade, o que se ofertou a comunidade pelo Governo Municipal, foi o deslocamento (apenas no período matutino) para escolas da sede municipal, contrapondo o que rege a Resolução da CNE/CEB N°2 de 2008.

Logo, para os estudantes que precisam estudar no **período vespertino** ou, **noturno**, não há disponibilidade de transporte por parte da gestão municipal, ou seja, para quem não possuem meios de locomoção própria, não pode frequentar a escola nesses respectivos expedientes. Se configura nesse panorama educacional, falha na concretude do Programa de Ensino que inflige a Política Pública Nacional, se pode inferir com base nisso, negação do direito à educação aos povos do campo, correspondente à obstrução do acesso às instituições oficiais de ensino, conforme assinala o texto da Carta Magna federal do Brasil, **no Artigo 205** de outubro de 1988.

Ofertar-lhes minimamente o que está posto sob a ótica da Política Pública Nacional de fato, é uma singela maneira de ressarcimento àqueles que historicamente têm sido vítimas de muita negação, em uma sociedade, que tem configurado de modo reiterado estereótipos: preconceituosos e excludentes (CALDART, 2010; 2012; ARROYO, 2015 e REIS, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista das limitações observadas na implementação do Programa de Educação do Campo no Município em análise, (Passira), torna-se evidente que, apesar dos avanços normativos, no que se refere ao respaldo Legal, a consolidação de políticas públicas efetivas

e inclusivas ainda encontra barreiras estruturais e políticas. Nesse contexto, **os movimentos sociais**, em destaque no lócus de pesquisa o **MST**, **desempenham um papel crucial como agentes de transformação**, pois, exercem pressão sobre o poder público e amplificam as “vozes” das comunidades do campo. Ao atuar como **intermediários entre as necessidades locais e o Estado**, esses movimentos não apenas promovem a conscientização, mas também contribuem para o fortalecimento da participação popular nas decisões políticas. Assim, a plena efetivação das políticas de Educação do Campo demanda a continuidade da mobilização social e um diálogo permanente com o Estado, visando superar as lacunas entre as diretrizes programáticas e a realidade vivenciada nas áreas camponesas.

Portanto, essa investigação, reconhece a importância dos movimentos sociais como elementos essenciais na luta pela concretização das políticas públicas, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de continuidade na mobilização para superar os desafios observados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. DOI: 10.1590/0104-4060.39832 **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Dispõe sobre os direitos do cidadão. Disponível em acesso https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 23/02/2024

BRASIL, **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file> acesso em 19 ago. 2024.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's)** Brasília - DF 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 acesso em 12 fev. 2024.

BRASIL, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br) acesso em: 22/06/2024.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Formação territorial do município de Passira/PE. Brasília, 2021. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Passira> acesso out. 2023.

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 (*)** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** (mec.gov.br) acesso em: 22 out. 2023.

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Editora: **Expressão Popular**, ISBN:9788577431649. V.1 Nº de pág:241. 2010.

_____. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora: **Expressão Popular**, 2012, p. 359-365.

DANIELI, J. P. A luta dos movimentos sociais “por uma educação do campo”. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 4, 2017. João Pessoa. **Anais...** Paraíba: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda, 2017. p. 1-12.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882016000100131&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 jul. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_006.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio e BITTAR, Marisa. A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA: DIVERGÊNCIAS ENTRE THOMPSON E ALTHUSSER *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 222-235, abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.27808>; ISSN: 2175-5604.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GUIMARÃES, F. de O. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil UFRRJ** Instituto de Agronomia Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola Dissertação. 59 f. Ano: 2017.

JULIÃO, Francisco. **O que são Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: **Atlas** 2003.

_____. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: **Atlas** 2017.

QUELER, Jefferson José & ZANGELMI, Arnaldo José. Por uma revolução branda no campo: significados do vocabulário político das reportagens de Antonio Callado sobre o Nordeste (1959-1960) rev. **hist.** (São Paulo), n.179, a00919, 2020 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.154247>

SILVA, Joelma Santana Reis da. **IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS CAMPESINAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, AGRESTE DE PERNAMBUCO, NORDESTE DO BRASIL: Um estudo frente à Política Pública Nacional**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Orientador: Dr. Dayvison Bandeira de Moura Universidad Del Sol – UNADES – Assunção PRY, vinculada ao Programa Brasil: <https://www.unades.edu.py/o-programa-brasil/>